

**DECLARAÇÃO ACERCA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS,
SUAS UNIDADES, SEU IDEÁRIO,
SUAS ATIVIDADES NO PERÍODO DE 2001 A 2016,
SEUS INVESTIMENTOS EM ATIVO FIXO NO PERÍODO DE 2007 A 2016,
DAS SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS RECEBIDOS E SEUS BALANÇOS
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2016**

1. Introdução

A **Fundação Getúlio Vargas**, constituída em 20 de dezembro de 1944, é uma instituição de caráter técnico-científico e educativo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.641.663/0001-44 e com sede na Praia de Botafogo, 190, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

A missão da FGV é avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo ideias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional.

Visando cumprir sua missão, tem por finalidade o exercício das seguintes atividades:

- I – Atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: Administração, Direito, Economia e outros, atuando também na Matemática Aplicada e na Tecnologia da Informação e da Comunicação;
- II – Atuar no âmbito da educação em todos os seus níveis de formação;
- III – Contribuir para a formulação de política de gestão e proteção ao meio ambiente, compatibilizada com o desenvolvimento global sustentável;
- IV – Atuar no campo da memória histórica com o objetivo de reunir, classificar e conservar arquivos de pessoas físicas e pessoas jurídicas, de grande notoriedade no

cenário nacional, especialmente de homens públicos, além de estimular, promover e divulgar estudos e pesquisas relacionados com a história do Brasil;

V – Desenvolver, nesses campos, atividades de ensino, pesquisa e informação, principalmente pioneiras e de efeitos multiplicativos, para melhor expandir os benefícios ao país;

VI – Manter e desenvolver, complementarmente, sistema integrado de documentação, informações e divulgação, articulando-o progressivamente aos sistemas congêneres, nacionais e internacionais;

VII – Prestar, quando solicitada, assistência técnica a organizações públicas ou privadas, objetivando coadjuvá-las na busca da eficiência, produtividade e qualidade de serviços;

VIII – Orientar e coordenar projetos de criação, alteração e modernização de sistemas de gestão;

IX – Conceber e implementar projetos de fortalecimento e desenvolvimento institucional para o setor público ou privado, em todas as suas áreas de competência, inclusive gestão e tecnologia da informação;

X – Desenvolver e implantar critérios acadêmicos de qualidade, visando assessorar outras instituições na busca da excelência do ensino.

2. Objetivando a realização desta Missão, mantém a FGV as Unidades a seguir relacionadas, a saber:

2.1 ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS – EBAPE

Criada 1952, foi a primeira escola de administração da América do Sul. A proposta essencialmente plural da EBAPE concilia a destinação acadêmica da escola com uma vertente pragmática, de impacto direto na sociedade. A Escola busca a capacitação de atuais e futuros líderes, executivos e profissionais de empresas privadas, instituições governamentais e organizações sem fins lucrativos, bem como a formação de quadros acadêmicos nas áreas de gestão pública e empresarial. E, também, se engajar em pesquisas de ponta e em outras atividades acadêmicas de extensão, colaborando para o avanço das ciências da administração tanto em sua dimensão teórica quanto prática. Criada em 1967, a Revista de Administração Pública (RAP) é um dos mais importantes e influentes periódicos da área de Administração Pública. A RAP concentra esforços para servir de instrumento indispensável ao aperfeiçoamento

continuado de pesquisadores, professores, gestores e atores sociais e políticos comprometidos com a efetividade e a equidade da ação pública.

2.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE

Criado inicialmente em 1945 com a denominação de Núcleo de Economia da FGV, o IBRE é responsável pelo levantamento de dados econômicos, financeiros e empresariais. É a unidade da Fundação Getúlio Vargas que tem por missão pesquisar, analisar, produzir e disseminar estatísticas macroeconômicas e pesquisas econômicas aplicadas, de alta qualidade, que sejam relevantes para o aperfeiçoamento das políticas públicas ou da ação privada na economia brasileira, estimulando o desenvolvimento econômico e social do país. O IBRE foi o pioneiro no cálculo do PIB brasileiro, e é a única instituição a formular o índice de preços no atacado – IPA. Criou ainda, o índice geral de preços, disponibilidade interna - IGP-DI, que durante muitos anos foi o índice oficial da inflação. Uma série de outros medidores (entre os quais IGP-M, IGP-10, e FGV-100) balizam comportamentos financeiros e econômicos. O IBRE também se notabiliza pelas suas sondagens industriais, comerciais, de consumo e de agribusiness, que compõem uma completa radiografia da economia brasileira. Suas projeções antecipam os grandes valores econômicos e as tendências da inflação, do balanço de pagamentos, do crescimento, das taxas de juros e do déficit público, formando um amplo cenário da economia brasileira passada e presente, e permitindo vislumbrar o futuro próximo.

O IBRE tem a Revista Conjuntura Econômica, lançada em novembro de 1947, já está há mais de meio século no mercado editorial. Acompanhando as mudanças e principais transformações que ocorreram no Brasil nesse longo período se consolidou como a mais tradicional revista de economia do país, além da versão eletrônica em inglês da revista, *The Brazilian Economy*, em 2012 passou a ter sua versão impressa adaptada para iPad.

2.3 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO - EAESP

Criada em 1954, a EAESP é considerada um dos principais centros brasileiros de pesquisa, ensino e publicações da área, tendo por missão formar e desenvolver, em seus cursos de graduação, pós-graduação stricto sensu e educação continuada, competência profissional de nível internacional, com vistas à liderança em processos de mudanças organizacionais no Brasil. A EAESP é uma das instituições de ensino superior da América Latina a ter a tripla acreditação internacional (AACSB, EQUIS e

AMBA), o que reforça o seu escopo de excelência e abre portas para a parceria com Instituições Internacionais.

É grande produtora de pesquisas que visam o desenvolvimento de práticas de administração mais eficientes e competitivas, mantendo parcerias com as mais importantes empresas e instituições governamentais brasileiras, trazendo importantes recursos adicionais para a implementação de novos projetos acadêmicos.

Lançada em 1961, a Revista de Administração de Empresas – RAE foi a primeira revista brasileira de Administração, tem como objetivo ser uma importante ferramenta de orientação de publicação de artigos científicos, buscando eficácia na comunicação com todos os atores envolvidos no processo de publicação.

2.4 ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – EPGE

Fundada em 1961, a FGV/EPGE, pioneira na implantação de programas de mestrado e doutorado em economia no país é referência na formação de profissionais de Economia no Brasil, contribuindo para elaboração de política econômicas, fiscais e promovendo o desenvolvimento do país. A escola incentiva seus professores e alunos a se dedicarem à pesquisa, apresentando seus trabalhos nos principais periódicos científicos da área econômica e centros de estudo em Economia e negócios do mundo. A EPGE edita a Revista Brasileira de Economia (RBE), é uma revista generalista, dentro do universo de publicações acadêmicas de Economia. A revista publica artigos sobre as diversas áreas da ciência econômica, e qualquer tema e metodologia podem ser encontrados nas suas páginas, desde que estejam na fronteira do seu ramo de conhecimento, e se pautem pelo rigor e sofisticação que vêm desde o primeiro número.

2.5 ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO– DIREITO RIO

Criada em 2002, a FGV Direito Rio tem como missão oferecer ao país um novo modelo de ensino jurídico, capaz de produzir lideranças para pensar e promover soluções para o Brasil. A escola divide sua atuação entre ensino e pesquisa, norteada por quatro grandes pilares: ação legislativa, compromisso social, internacionalização e inovação. Atualmente, é referência nacional em carreiras jurídicas públicas e em Direito Empresarial, reconhecida por contar com uma metodologia plenamente participativa e dinâmica.

2.6 ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – DIREITO SP

Criada em julho de 2002 para atender às demandas do atual mercado, formando uma nova geração de juristas, a FGV Direito SP prepara seus alunos para atuar nas esferas pública e privada e dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positivamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior. Com uma proposta pedagógica inovadora, a escola tem atuação na produção de conhecimento com núcleos e grupos de pesquisa, com alcance expressivo no país.

2.7 CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC

Criado em 1973, o CPDOC tornou-se, ao longo de seus 40 anos de existência, um importante centro de pesquisa e ensino com foco em Ciências Sociais e História Contemporânea. É uma das instituições pioneiras na guarda de arquivos privados de personagens públicos, cujos registros contam a história política, econômica, social e cultural do Brasil, além da trajetória das relações do país com outras nações do mundo. O CPDOC é pioneiro, ainda, na democratização do acesso ao conteúdo de seu acervo histórico, que pode ser consultado via internet.

A Escola de Ciências Sociais/ CPDOC oferece bacharelado em Ciências Sociais e Licenciatura em História, além de programas de pós-graduação: o Mestrado Acadêmico e o Doutorado em História, Política e Bens Culturais e o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Oferece, ainda, cursos de especialização e MBA em Relações Internacionais, Gestão e Produção Cultural, Cinema Documentário e Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão. CPDOC, por meio do Centro de Relações Internacionais que sedia, também oferece aos alunos de todos os cursos de graduação da FGV – seja no Rio ou em São Paulo – a formação complementar em Relações Internacionais. Os alunos ainda podem se beneficiar de acordos de cooperação com mais de 15 institutos internacionais de pesquisa e de ensino superior na América e na Europa.

2.8 ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO – EESP

Criada em fevereiro de 2003, a EESP teve seu curso de Graduação em Economia autorizado pela Portaria nº 708 do MEC – Ministério da Educação e Cultura. Além do curso de graduação, a EESP ministra cursos de Mestrado Acadêmico e Profissionalizante e Doutorado, além de cursos de educação continuada – lato sensu. A EESP é mais um centro de excelência na geração e transmissão do saber

econômico criado pela FGV, como parte de seus compromissos com a sociedade e os interesses do Brasil. Organização permanentemente orientada pela ética, a EESP se preocupa em desenvolver um ambiente de aprendizagem e de debate público que contribua para a evolução econômica e social do País, para o fortalecimento da identidade nacional, e para a formação de uma elite intelectual e dirigente, não só esclarecida, mas também comprometida com a realidade que a cerca. A Agroanalysis é a revista de gestão da Fundação Getúlio Vargas que oferece informações precisas e relevantes para a tomada de decisão no agronegócio. A imparcialidade e seriedade com que a informação é tratada, assim como a qualidade de seus artigos, fazem da Agroanalysis uma das mais importantes publicações formadoras de opinião voltada para o setor.

2.9 ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA – EMAP

Criada pela FGV em 2008, como Centro de Matemática Aplicada, em julho de 2011 o MEC credenciou a ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA - EMAP, autorizando o funcionamento do Curso de Graduação em Matemática Aplicada, com disponibilidade inicial para trinta vagas anuais, tendo sua primeira turma iniciado em 2012. A EMAP ministra também desde 2012 o Curso de Mestrado Acadêmico em Modelagem Matemática da Informação, aprovado pela CAPES no final de 2010. A EMAP desempenha papel importante na FGV por oferecer a quase totalidade dos cursos de matemática e suas aplicações para os programas de administração e economia. Além da área de ensino, a Escola tem ampliado sua atuação em pesquisa, extensão e consultoria, com parcerias internas e externas. Em consonância com a visão estratégica, busca consolidar a perspectiva de se tornar um instituto de excelência em matemática aplicada, nos moldes dos mais proeminentes *think tanks* mundiais.

2.10 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IDE

Criado em outubro de 2003, visando à consolidação do modelo de financiamento dos bens públicos, através da educação continuada. Sua missão é desenvolver e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais da FGV, sob a responsabilidade acadêmica e técnica de suas escolas e institutos, no âmbito nacional e internacional, liderando e inovando em serviços educacionais de qualidade, com o objetivo de viabilizar a oferta de bens públicos na FGV.

O IDE engloba o FGV Management, Programa de Educação Executiva Presencial, e sua Rede Conveniada presente em mais de 100 cidades brasileiras; o FGV Online,

Programa de Educação a Distância; o FGV in company, Programa de Cursos Customizados; a Central de Qualidade, responsável pela manutenção da qualidade dos cursos em todo o país; o Programa de Certificação de Qualidade, que compartilha o conhecimento da FGV com outras instituições de ensino; a Direção Acadêmica, criada para aprofundar a integração entre os Programas do IDE e as Escolas e Institutos da FGV; e a Inteligência de Negócios, que tem como objetivo a geração de indicadores para auxiliar a tomada de decisões e o acompanhamento de informações do ambiente de negócios do IDE.

2.11 EDITORA

Criada em 1974, como evolução do Setor de Publicações, o qual remonta a 1945. Constitui o braço de divulgação da instituição, com suas publicações abrangendo áreas de administração, economia, direito, antropologia, sociologia, arquivologia, ciência política e história, privilegiando e incentivando autores da FGV, bem como pensadores da comunidade acadêmica de todo o país e do exterior, que somam suas contribuições à produção da FGV.

A marca Editora FGV está impressa em mais de 450 títulos, adotados por instituições de ensino de todo o país, atendendo também aos setores empresarial e governamental, que atestam nossa preocupação com a qualidade. Tem como visão fortalecer ainda mais a imagem de Editora com padrão de excelência, reforçando a marca Editora FGV no ambiente acadêmico e no mercado editorial, aprimorando o relacionamento com clientes e fornecedores; atender às necessidades dos novos cursos de graduação, pós-graduação, especialização e ensino a distância da FGV; ser o canal de divulgação e distribuição da produção do conhecimento das escolas e centros da FGV.

2.12 FGV PROJETOS

Criada em abril de 2006, a FGV Projetos é a unidade de assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela aplicação do conhecimento acadêmico gerado e acumulado em suas escolas e institutos. Auxilia organizações públicas, empresariais e do terceiro setor, no Brasil e no exterior, desenvolvendo projetos nas áreas de economia e finanças, gestão e administração, e políticas públicas. Os recursos gerados são aplicados nas atividades de ensino e pesquisa da própria instituição, contribuindo para a formação dos quadros técnicos e acadêmicos do Brasil.

2.13 COMITÊ E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL – CCE

A FGV criou em 1990 o Comitê de Cooperação Empresarial (CCE), objetivando acompanhar a evolução dos principais acontecimentos políticos e econômicos mundiais e, de forma permanente, analisar e debater as profundas transformações provocadas pelo fenômeno da globalização sobre a vida das pessoas, empresas e países pois é hoje, mais do que uma necessidade, é uma obrigação de cidadãos e instituições. Diante desse cenário em constante mutação e consciente de que o Brasil não pode permanecer ao largo desse processo de mudanças econômicas e sociais, ocorreu a criação do CCE, reunindo representantes do setor privado para, através do Centro de Economia Mundial (CEM), estimular o estudo e o debate das diferentes questões relacionadas com a abertura da economia e a integração competitiva do Brasil em novo ambiente externo.

2.14 FGV ENSINO MÉDIO

Criado em 2003 o programa FGV Ensino Médio é um fórum para troca de experiências entre os professores que pretende aproximar o saber acadêmico e o conhecimento escolar. A produção de materiais didáticos e a realização de seminários são formas de atuação do programa, que tem o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino em todo o País. A Fundação Getulio Vargas busca promover a melhoria na formação educacional dos jovens e, dessa forma, contribuir para diminuir as desigualdades sociais.

2.15 DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – DIA (PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO)

A Diretoria de Integração Acadêmica – DIA, criada em 2009, tem como objetivo apoiar as escolas e a administração superior da FGV na orientação para a elaboração, revisão e atualização dos diferentes relatórios demandados pelo MEC (Inep e Capes) e por outros órgãos públicos, visando manter a conformidade legal das escolas (credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos), uma vez que a educação é uma área que possui uma regulação específica e complexa; buscar as orientações das escolas da FGV de forma que elas compartilhem as melhores práticas de gestão de ensino e pesquisa; consolidar todas as informações relacionadas às escolas da FGV; e acompanhar,

orientar e manter atualizada a prestação de informações aos órgãos responsáveis pela supervisão das instituições nacionais de educação.

2.16 DIRETORIA INTERNACIONAL - DINT

Instituída em 2009, a Diretoria Internacional foi criada para apoiar a estratégia de internacionalização da Fundação Getúlio Vargas, com o intuito de contribuir para o reconhecimento da instituição como referência de ensino e *think tank*. Entre os seus objetivos, estão a prospecção, o mapeamento, a orientação, a recomendação e o aproveitamento de oportunidades em geografias selecionadas pela presidência.

2.17 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E INOVAÇÃO - DPEI

Criada em 2010, a Diretoria de Planejamento Estratégico e Inovação tem como missão apoiar a presidência da FGV no processo de desenvolvimento de ações que visem o aperfeiçoamento das estruturas corporativas, no âmbito de planejamento estratégico e de monitoramento, contribuindo ativamente para o crescimento da instituição. É responsável ainda por manter foco permanente nos mecanismos de incentivo e nos processos voltados à inovação, atuando, também, na prospecção e no desenvolvimento de projetos de assistência técnica de interesse corporativo.

2.18 DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS - DAPP

A Diretoria de Análise de Políticas Públicas – DAPP, criada em 2011 tem como objetivo promover a pesquisa social aplicada no debate sobre políticas públicas e desenvolvimento do Estado brasileiro, em confluência com as novas tecnologias de informação e comunicação, promovendo a transparência e a inovação das relações com a sociedade. Busca desenvolver metodologias inovadoras de análise de políticas públicas, com a aplicação intensiva de novas tecnologias, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as tecnologias da informação.

2.19 CÂMARA FGV DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

A Levando em consideração a importância do assunto Arbitragem, por entender que seria uma prestação de serviço ao país e em consonância com sua história, vocação e missão, a FGV instituiu em 2002 a Câmara de Mediação e Arbitragem. Sua função é administrar e monitorar os procedimentos arbitrais, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos como determina a legislação. A conciliação distingue-

se da arbitragem por ser um ato através do qual as partes em conflito, com auxílio de um terceiro, entram num acordo, e pode anteceder a fase da arbitragem. Na hipótese de acordo, a conciliação torna a arbitragem desnecessária. Já a arbitragem oferece a possibilidade, para as partes, da designação de árbitros de sua escolha, desde que sejam imparciais. Assim, a arbitragem permite que as partes tenham o conflito resolvido por pessoas com conhecimento especializado, restringindo a participação de peritos a casos extremos.

O Corpo Permanente de Conciliadores e Árbitros da Câmara FGV é constituído de eminentes personalidades no campo do Direito, experientes advogados e profissionais altamente capacitados dentro de um amplo espectro de temas que vão da engenharia civil até o comércio exterior, as telecomunicações, o petróleo e gás natural.

2.20 Diretoria de Estudos de Novos Negócios

Ligada à presidência da Fundação Getúlio Vargas, a Diretoria de Estudos de Novos Negócios concentra seus esforços no desenvolvimento de atividades que apoiem a FGV no fortalecimento de seu posicionamento como *think tank* nacional e internacional, trabalhando para o fomento e promoção de pesquisas, parcerias e cooperação com instituições do Brasil e do mundo.

2.21 CENTRO DE ESTUDOS DE ENERGIA – FGV ENERGIA

Em 27 de setembro de 2013 ocorreu a criação do Centro de Estudos de Energia, no âmbito da Presidência da FGV, objetivando produzir conhecimento de elevada qualidade e rigor acadêmico nas áreas de petróleo, gás natural, energia elétrica, nuclear, biocombustíveis, fontes renováveis e eficiência energética, a FGV Energia desenvolve pesquisas, estudos e análises no setor energético, auxiliando organizações públicas, privadas e do terceiro setor na avaliação de investimentos e aplicações de recursos energéticos de maneira sustentável.

2.22 CENTRO DE ESTUDOS EM REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA – CERI

Criado em 2010, em um contexto de muitos desafios de regulação e governança, o FGV/ CERI fornece à sociedade brasileira dados e análises destinados ao melhor entendimento dos setores de infraestrutura. Com o objetivo de alinhar todos os

recursos disponíveis na FGV, o Centro é referência como *think tank* para os setores regulados nas indústrias de infraestrutura. O Centro conta com uma equipe interdisciplinar de economistas, advogados e institucionalistas, que tem contribuído significativamente para o melhor entendimento do papel da governança nas empresas estatais e o impacto da participação privada na qualidade dos serviços, na melhoria do processo de tomada de decisões pelas agências de regulação, além de outras áreas relevantes para o crescimento do Brasil.

2.23 REDE DE PESQUISA E CONHECIMENTO APLICADO

A Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado (Rede de Pesquisa) iniciou suas atividades em 2014 com o objetivo de sistematizar o conhecimento produzido pelos centros de pesquisa aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV), incentivar a produção e disseminação de pesquisas aplicadas, conectar os pesquisadores e dar visibilidade aos resultados obtidos. Alinhadas com a missão da Fundação, suas ações visam também estimular a produção de conteúdo que gere impacto social e que contribua para o desenvolvimento socioeconômico do país, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada e para a inserção do país no cenário internacional.

A estruturação e a gestão desta Rede de Pesquisa estão alinhadas com os objetivos estratégicos da FGV de:

- a) Melhorar a produção e disseminação de conhecimento, ou seja, ser capaz de segmentar a demanda de curto prazo por seus produtos, de se adaptar as flutuações desta demanda no médio prazo e de se antecipar e influenciar a demanda no longo prazo.
- b) Ser o *gateway* do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil.
- c) Trazer para o centro da pesquisa e da FGV a gestão da informação.

Como principal resultado para a FGV, tem-se a expectativa de que o projeto deverá viabilizar a extração de maior valor dos ativos de conhecimento da instituição. Desta forma, a pesquisa aplicada tornar-se-ia um dos macros vetores para uma segunda onda de crescimento da receita da FGV.

2.24 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING — DICOM

A DICOM é a área responsável por desenvolver e implementar as ações de comunicação e marketing da Fundação Getúlio Vargas e suas unidades – escolas, centros, institutos –, zelando pela solidez da marca FGV e pela manutenção de sua credibilidade junto ao público interno e externo. Entre as funções da DICOM, estão a criação de políticas e processos que alinhem as atividades de comunicação e marketing, publicidade, assessoria de imprensa, produção de conteúdo, sites, *newsletters*, comunicação interna, eventos, produção e distribuição de brindes, inteligência de mercado, call center, DBM, design e marketing digital – direcionadas aos públicos nacional e internacional. Sua missão é fortalecer, no Brasil e no exterior, a marca FGV, posicionando-a como referência de tradição, excelência e inovação.

2.25 SISTEMA DE BIBLIOTECAS FGV — SB

Criado em 2012, o Sistema de Bibliotecas FGV tem como missão facilitar o modus operandi de pesquisadores e alunos em relação à pesquisa bibliográfica, bem como a valorização e a expansão da produção e memória acadêmica da FGV. Com o objetivo de integrar as bibliotecas às unidades da instituição, o sistema compreende a biblioteca Mario Henrique Simonsen – BMHS, situada no Rio de Janeiro; a Karl A. *Boedecker* – BKAB, em São Paulo; a Biblioteca de Brasília; e a Biblioteca Digital. O FGV-SB também tem como ações permanentes a criação de políticas que facilitem o modus operandi de pesquisadores e alunos acerca da pesquisa bibliográfica, bem como a valorização e expansão da produção e memória acadêmica da FGV.

2.26 ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - ASDI

A ASDI – Assessoria de Desenvolvimento Institucional é a área que assessora as escolas de Administração de Empresas de São Paulo – FGV-EAESP, Economia de São Paulo – FGV-EESP e DIREITO–SP na modernização de seus espaços físicos e os Departamentos de Ensino, Centros de Estudos e Entidades Estudantis na captação de recursos financeiros e não financeiros, apresentando as oportunidades de parcerias existentes para as empresas privadas, órgãos governamentais e não governamentais e criando mecanismos para incrementar as colaborações das empresas e ex-alunos.

Dentre as suas funções, elabora o regulamento do Clube de Parceiros FGV; formaliza as parcerias por meio de contratos; acompanha a evolução e os recebimentos das colaborações, repassando os valores para as respectivas áreas; institui junto às entidades estudantis a educação de captação de recursos auxiliando-as nessa tarefa. Coordena também as atividades de captação de recursos junto aos ex-alunos no programa denominado Comunidade FGV.

2.27 DIRETORIA DE OPERAÇÕES - DO

A Diretoria de Operações (DO) tem como objetivo apoiar as unidades da FGV nas atividades de serviços compartilhados, tais como, tecnologia da informação, administração e manutenção da infraestrutura predial, obras, administração patrimonial, compras corporativas, recursos humanos, serviços jurídicos e registros acadêmicos.

2.28 FGV CRESCIMENTO & DESENVOLVIMENTO

O FGV Crescimento & Desenvolvimento é um centro de estudos da Fundação Getúlio Vargas dedicado aos estudos na área de crescimento e desenvolvimento econômico. As pesquisas do centro privilegiam a economia brasileira, com base nos conhecimentos teóricos e experiências acumuladas, principalmente nas duas últimas décadas, utilizando comparações com exemplos bem-sucedidos de economias desenvolvidas e emergentes. Entre os principais objetivos do centro, destaca-se a busca pela compreensão das razões pelas quais algumas economias são mais ricas que outras, bem como entender o que faz um país crescer rapidamente enquanto outros permanecem estagnados e, dentro deste contexto comparativo, entender a experiência recente do Brasil. Para isso, o FGV Crescimento & Desenvolvimento trabalha para identificar, sugerir e influenciar o desenho de políticas econômicas que visem remover entraves ao desenvolvimento econômico no Brasil.

2.29 NÚCLEO DE PROSPECÇÃO E INTELIGÊNCIA INTERNACIONAL - NPII

O Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas produz conteúdo sobre questões envolvendo sempre uma dimensão internacional, com a finalidade de abrir mercados e parcerias no exterior para a FGV, bem como trazer soluções inteligentes, ideias e investimentos do exterior para o país. O

FGV/NPIL gera conhecimentos sobre temas internacionais importantes ou da atualidade, considerados vitais para os interesses brasileiros.

2.30 FGV SOCIAL

O A FGV Social tem como missão contribuir para o desenvolvimento inclusivo brasileiro, conectando a pesquisa aplicada ao debate na sociedade e à implantação de políticas públicas. Abordando, de maneira integrada, os temas sociais mais urgentes do cenário brasileiro, atua em prol da difusão de conhecimento e da inspiração de novas práticas inclusivas. É responsável por oferecer treinamento e assessoria especializada para projetos em diferentes áreas de atuação, em parceria com entidades governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, situadas no Brasil e no exterior. Por meio da pesquisa empírica, em especial aquela baseada em grandes bases de micro dados públicos e através do desenho e avaliação de políticas públicas, a FGV Social acredita que pode identificar e promover novas transformações na sociedade. A abordagem alinha diversos atores e instrumentos de atuação no sentido de aprimorar de forma holística diferentes dimensões da vida da população.

2.31 DIRETORIA DE CONTROLES INTERNOS – DCI

Criada em 2016, a DCI tem como o objetivo implantar um sistema de controles internos na FGV. A FGV não apenas deseja saber que está em conformidade com leis, normas, procedimentos e outras regras às quais está sujeita em um dado momento e sim confiar que os controles existentes mostrarão a necessidade de adequações pensando nos aspectos legais e também nos processos administrativos, de pesquisa, de ensino, de assessoria técnica.

3. CÓDIGO DE ÉTICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INTRODUÇÃO

O Código de Ética é destinado a nortear as relações humanas no âmbito da Fundação Getulio Vargas e contempla os princípios universais, bem como outras recomendações específicas peculiares à Instituição, que tem caráter técnico-científico e educativo, é pessoa jurídica de direito privado, de natureza filantrópica e sem objetivo de lucro.

Dentro desse espírito, todos aqueles que mantenham vínculo de trabalho, bem como aqueles que mantenham vínculo educacional com a FGV deverão compatibilizar seus valores individuais com os estabelecidos neste Código de Ética.

Havendo qualquer dúvida no seu campo de atuação, o empregado/prestador de serviços/estagiário e o aluno deverão dirigir-se à sua chefia imediata, ou à hierarquia superior, optando, na impossibilidade da comunicação, pela alternativa que gere o melhor retorno para o interesse social.

Título I - Dos Princípios Comuns

I – A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear todos aqueles que mantenham qualquer tipo de vínculo com a FGV, seja no exercício do cargo ou função, seja como aluno. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição da FGV, bem como dos valores éticos da sociedade brasileira.

II – O empregado/prestador de serviços/estagiário/aluno não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas neste Código.

III – A ação da FGV, respeitadas as opções individuais de seus empregados/colaboradores/alunos, pautar-se-á pelos seguintes princípios:

a – não adoção de preferências ideológicas, religiosas, políticas e raciais, bem como quanto ao sexo e à origem;

b – não adoção de posições de natureza partidária;

c – não submissão a pressões de ordem ideológica, política ou econômica que possam desviar a Instituição de seus objetivos científicos, culturais e sociais;

d – o intercâmbio de ideias e opiniões, sem preconceitos ou discriminações entre as partes envolvidas;

e – o direito à liberdade de expressão dentro de normas de civilidade e sem quaisquer formas de desrespeito;

IV – A ação de seus empregados/prestadores de serviços/estagiários/alunos pautar-se-á pelos seguintes princípios:

a – ser cortês, ter urbanidade e estar sempre disponível para colaborar com os colegas de trabalho/de aula e atender a todos, colegas, clientes, professores, fornecedores,

diretores e ao público em geral, sem preconceitos de origem, hierarquia, raça, sexo, cor, religião, idade ou quaisquer outras formas de discriminação;

b – executar suas obrigações no âmbito interno objetivando o melhor resultado;

c – executar as suas funções com precisão e nos prazos requeridos, observando os preceitos técnicos e profissionais. Quando não se julgar habilitado para executar tarefas que lhe forem atribuídas, procurar orientação com a chefia imediata;

d – exercer suas atividades de forma isenta, não usando de sua posição para obter benefícios ou vantagens para si ou terceiros;

e – abster-se de praticar qualquer tipo de assédio, mediante conduta verbal ou física de humilhação, coação ou ameaça;

f – resistir a qualquer tipo de pressão ou assédio, que visem à concessão de vantagens indevidas, denunciando-os à chefia imediata ou ao seu superior hierárquico;

g – comunicar à chefia imediata qualquer ato ou fato que possa representar ameaça à integridade do trabalhador, da FGV e do meio-ambiente;

h – respeitar a hierarquia;

i – evitar comportamento profissional que prejudique o ambiente de trabalho e formulação de críticas à reputação de colegas, superiores e à FGV, utilizando os canais adequados para suas eventuais manifestações construtivas, de maneira fundamentada;

j - utilizar os recursos materiais disponibilizados pela FGV apenas para o exercício de suas funções, abstendo-se de utilizá-los em proveito próprio ou de terceiros;

k – respeitar a propriedade intelectual, preservar o patrimônio interno e resguardar informações sigilosas, mesmo após o seu eventual desligamento da FGV;

l – divulgar informações internas, repassar documentos a terceiros, realizar palestras ou publicar artigos que incluam matérias afetas à FGV, somente após a aprovação de sua chefia imediata;

m – recusar presentes ou convites de caráter individual propostos por clientes e fornecedores, excetuando-se brindes sem valor comercial. Presentes de valor significativo que por qualquer motivo não possam ser devolvidos, serão incorporados ao patrimônio da FGV ou doados oficialmente a entidades sociais ou públicas, mediante registro;

n – evitar nas atividades privadas, ações ou atitudes que prejudiquem ou conflitem com os interesses da FGV, o uso do nome, marca e símbolos corporativos sem autorização;

o – abster-se da prática de comércio e de quaisquer atividades de natureza religiosa, política e partidária nas dependências da FGV;

p – não participar de decisões que envolvam a seleção, contratação, promoção ou rescisão de contrato, pela FGV, de membro de sua família ou de pessoa com quem mantenha relações que comprometam julgamento isento;

q – não participar de decisões relacionadas à atribuição de carga didática, uso de espaço ou material didático e científico na FGV, a qualquer título, para familiar ou pessoa com quem mantenha relações que comprometam julgamento isento;

r – vetar o acesso a informações confidenciais por pessoas que não estejam para isso credenciadas.

Título II – Da Denúncia de Infringência ao Código de Ética e das Penalidades

V – Qualquer denúncia de infringência a este Código de Ética deverá ser enviada à Ouvidoria Educacional da FGV para conhecimento, apuração dos fatos e posterior encaminhamento de suas conclusões à Presidência da FGV.

VI – Penalidades:

a) – nas violações a este Código de Ética, a pena aplicável é a de censura e sua fundamentação constará de decisão com a ciência escrita do faltoso, sendo possível a interposição de pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão;

b) – quando a violação a este Código de Ética transgredir concomitantemente matérias de outra natureza, nos campos penal, civil, trabalhista ou disciplinar, a Ouvidoria Educacional da FGV encaminhará cópia dos autos às autoridades competentes no âmbito da FGV, para apuração de tais fatos e elaboração de parecer, com posterior devolução à Ouvidoria Educacional da FGV.

c) – Caberá à Ouvidoria Educacional da FGV, após análise do parecer mencionado no item acima, encaminhar o caso à Presidência da FGV com as suas recomendações para efeitos de decisão.

Título III – Das Disposições Gerais

VII – Deverá ser dada ciência do presente Código de Ética a todo empregado, no ato de sua contratação; e também aos estagiários quando de sua admissão.

VIII – Nos contratos a serem firmados com os prestadores de serviço (pessoa física ou jurídica) deverá constar cláusula referente à ciência e compromisso de observância dos princípios éticos e das regras contidas neste Código.

IX – As Unidades de ensino da FGV deverão adequar seus modelos de contrato de prestação de serviços educacionais a serem firmados com os alunos dos diversos cursos da FGV, para neles constar cláusula referente à ciência e compromisso de observância dos princípios éticos e das regras contidas neste Código.

X – O presente Código de Ética deverá ser disponibilizado no Portal da FGV.

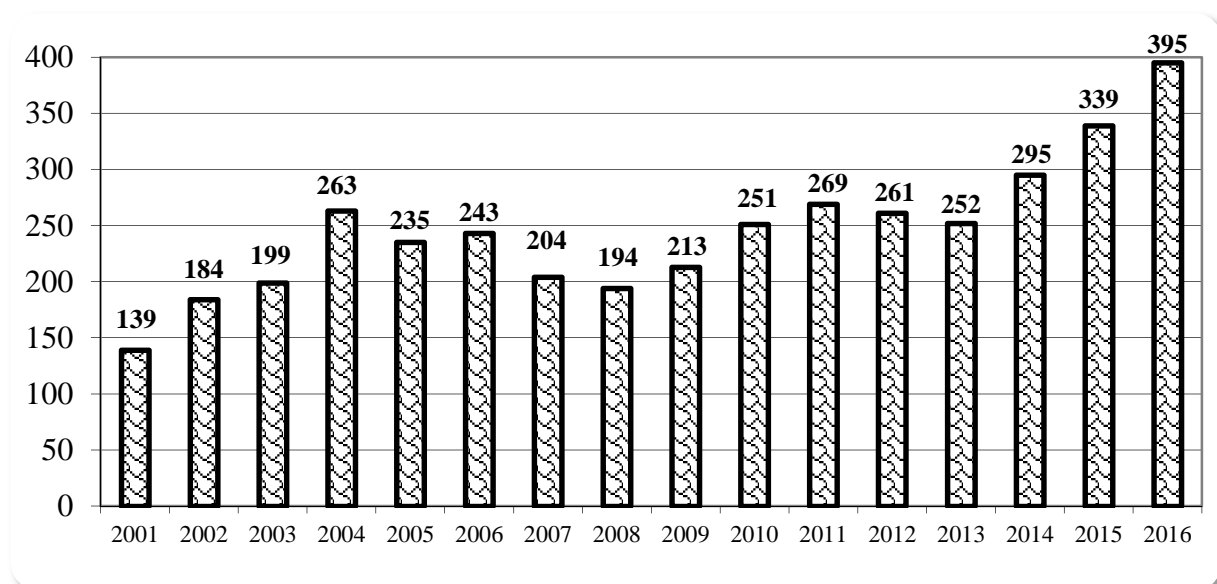
4. Ideário da Fundação Getúlio Vargas

- Servir à Pátria, cada vez mais e melhor, e assim contribuir para tornar o Brasil fator influente na construção de um mundo seguro e tranqüilo para toda a Humanidade.
- Manter completa independência em relação aos partidos políticos, aos grupos econômicos e a quaisquer outros interesses setoriais.
- Não permitir que preconceitos de qualquer índole prejudiquem a harmonia e o esforço conjunto de seus participantes.
- Manter-se alerta para o progresso da Ciência e da Tecnologia, a fim de ajustar seus métodos e sua mentalidade às novas conquistas e às condições cambiantes do mundo, preservando, destarte, sua característica principal de instituição pioneira.
- Quando solicitada, dentro de suas possibilidades, prestar assistência e serviços técnicos aos Governos Federal, Estaduais e Municipais e a entidades privadas.
- Liberalizar, como resultado de seus estudos e pesquisas, dados básicos e informações corretas, mas evitar a sugestão de diretrizes que se possam considerar intervenção indébita pelas autoridades públicas ou por outros setores da opinião.
- Manter estreitas relações com outras instituições culturais, nacionais ou estrangeiras, erigindo-se em grande fórum de debates, com ênfase na elaboração de conhecimentos e formulações de princípios aplicáveis ao meio brasileiro.
- Considerar a competição como incentivo necessário ao seu aperfeiçoamento e atrair ampla colaboração técnico-científica, nacional e estrangeira, na convicção de que não deve haver fronteiras para o livre intercâmbio cultural.
- Alhear-se, por princípio, de todas as questões não compreendidas em suas finalidades estatutárias.
- Evitar, intransigentemente, qualquer participação, mesmo remota, em iniciativas hostis a instituições ou pessoas.

5. Atividades realizadas no período de 2001 a 2016

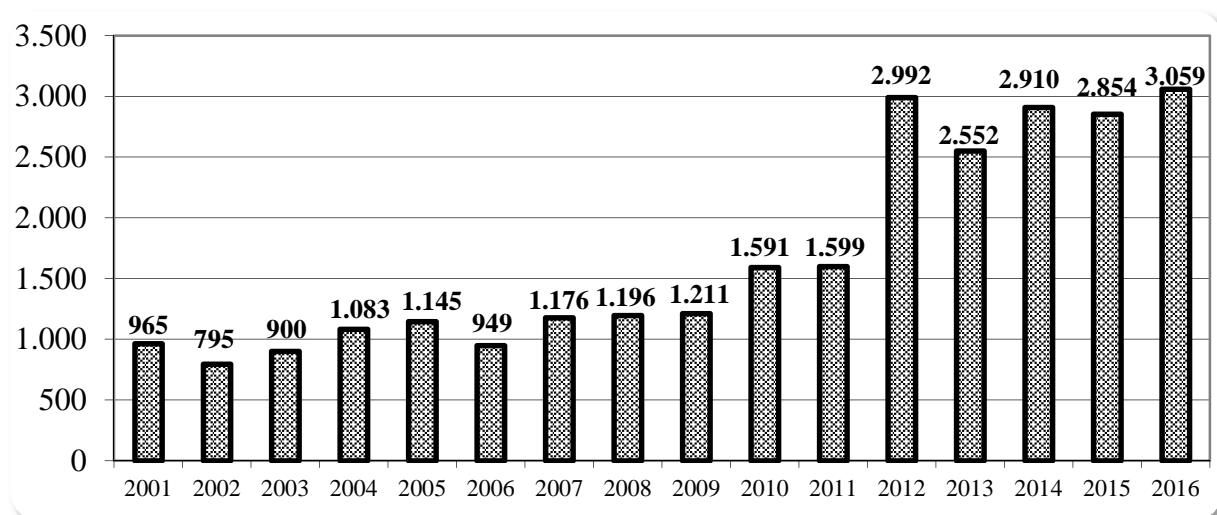
5.1 - Estudos e Pesquisas Regulares e Concluídos

- Quantidades



5.2 - Produção Intelectual de Professores, Pesquisadores e Técnicos

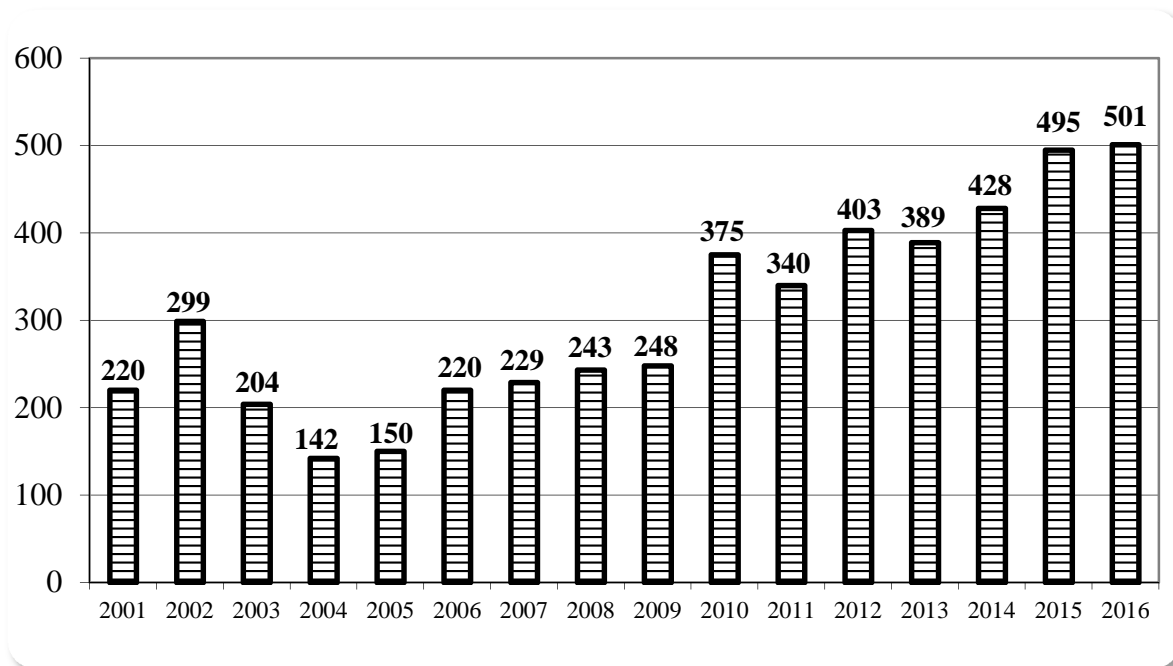
- Quantidades (*)



(*) Livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, participações em congressos ou similares com apresentação de comunicações por escrito, de autoria de profissionais da FGV.

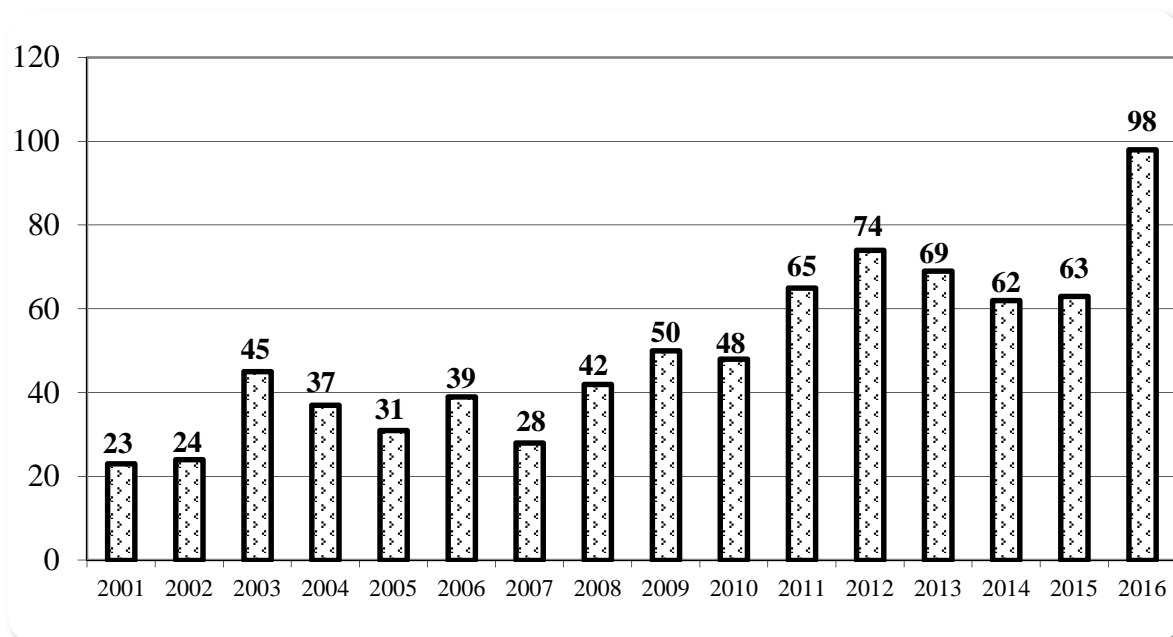
5.3 - Dissertações de Mestrado Aprovadas

- Quantidades



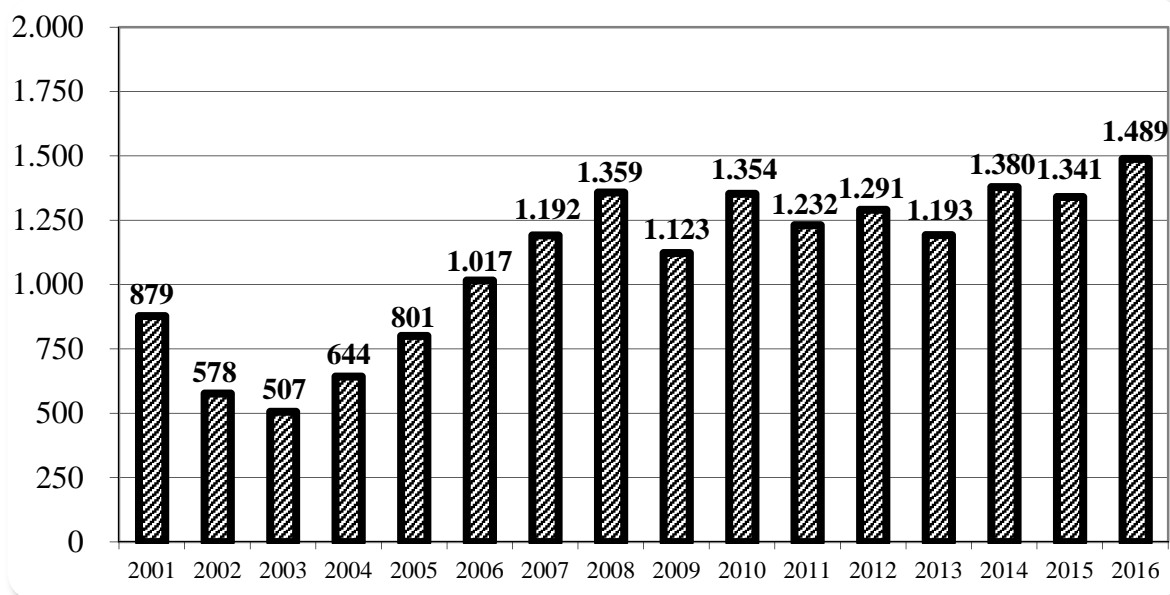
5.4 - Teses de Doutorado Aprovadas

- Quantidades



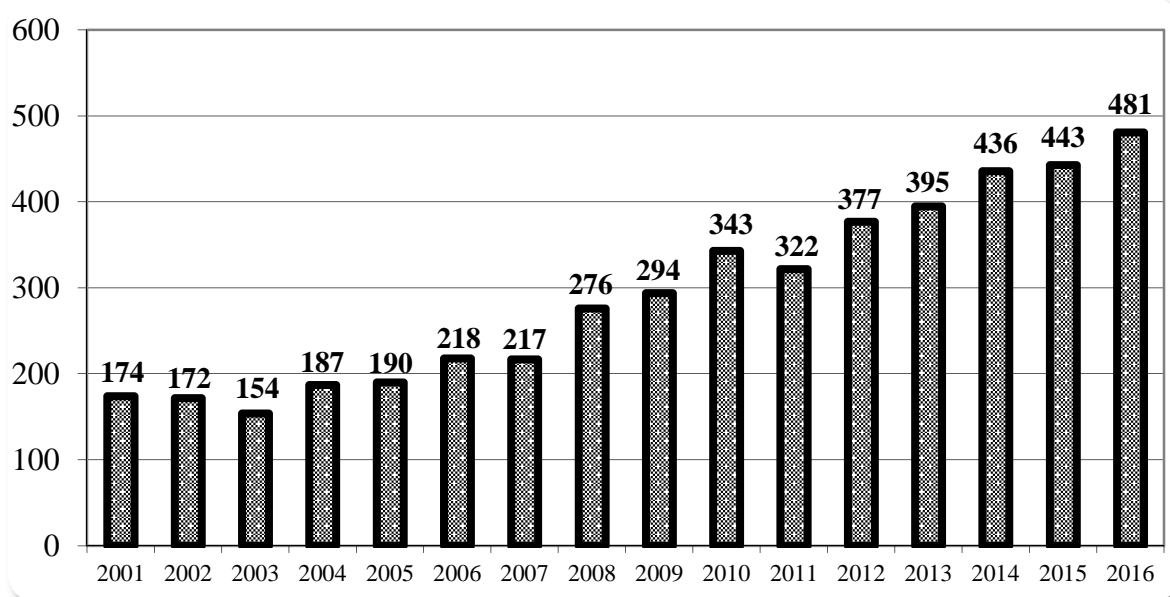
5.5 - Cursos de Mestrado

- Alunos Matriculados



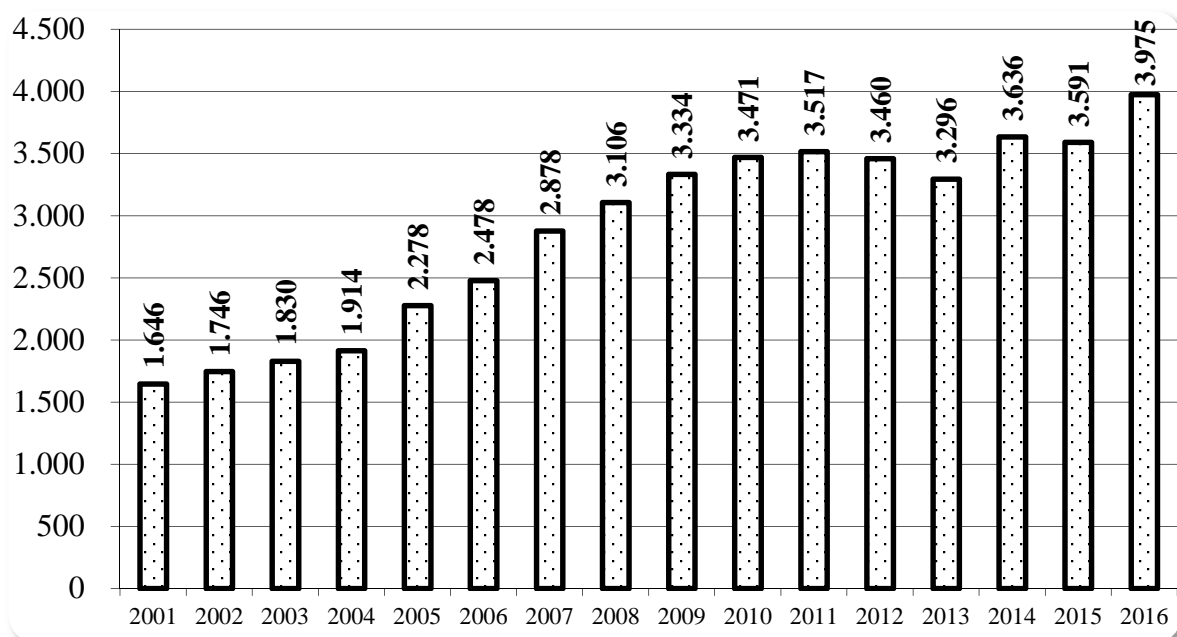
5.6 - Cursos de Doutorado

- Alunos Matriculados



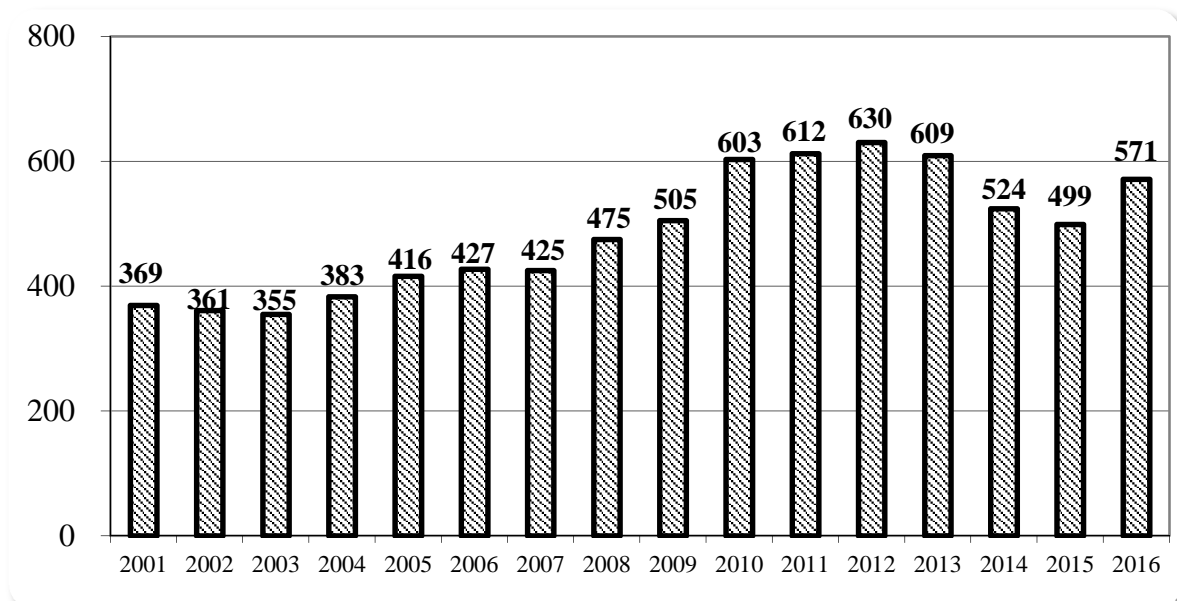
5.7 - Cursos de Graduação: Administração, Economia, Ciências Sociais, História, Direito e Matemática Aplicada

- Alunos Matriculados



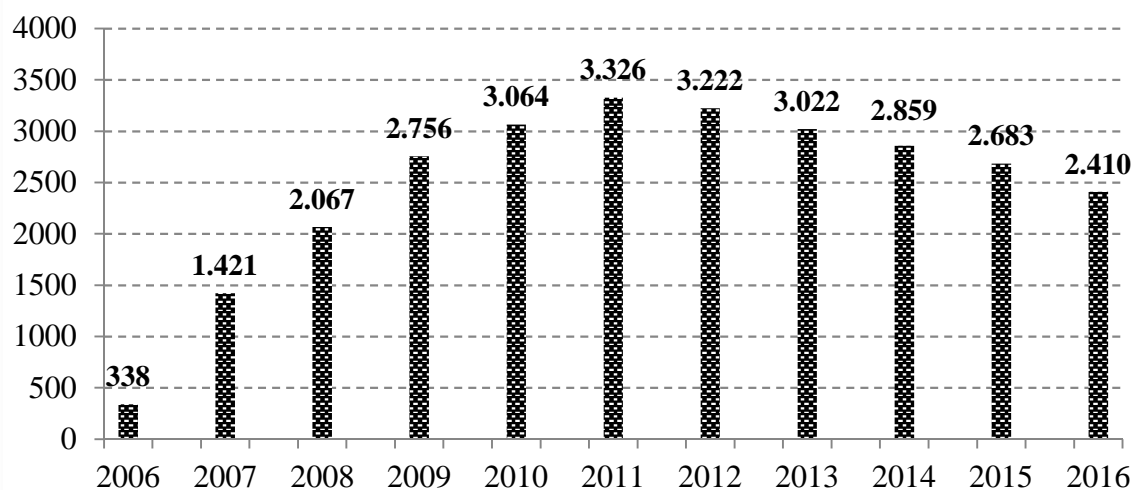
5.8 - Cursos de Graduação: Administração, Economia, Ciências Sociais, História, Direito e Matemática Aplicada

- Alunos Graduados



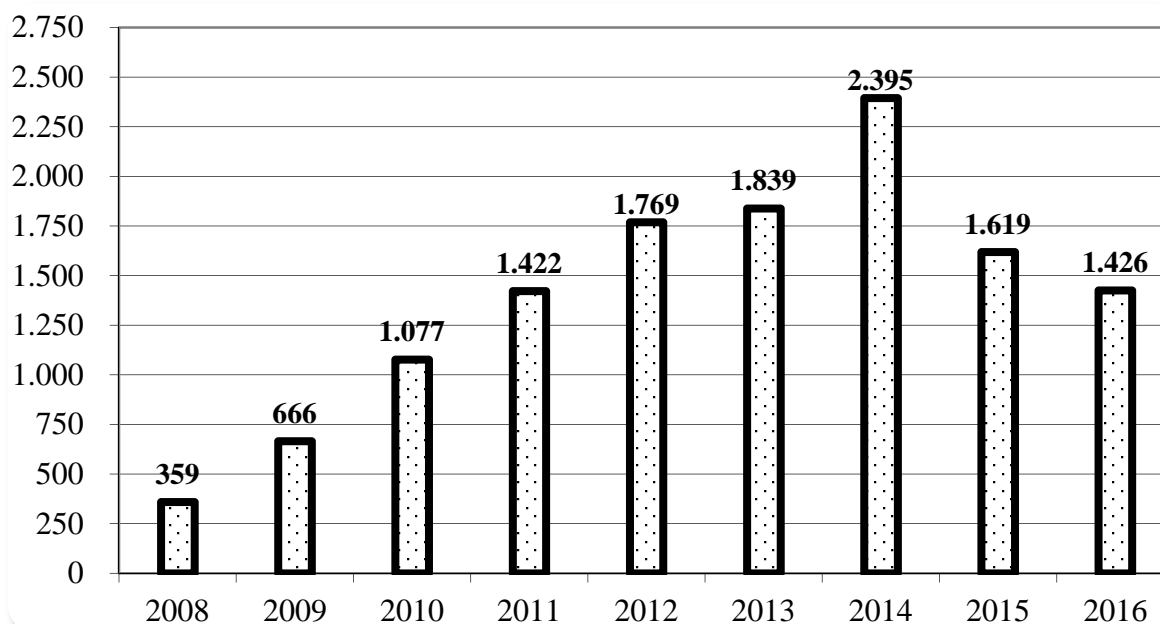
5.9 - Cursos de Graduação em Administração e Economia Certificados

- Alunos Matriculados (Média Anual)



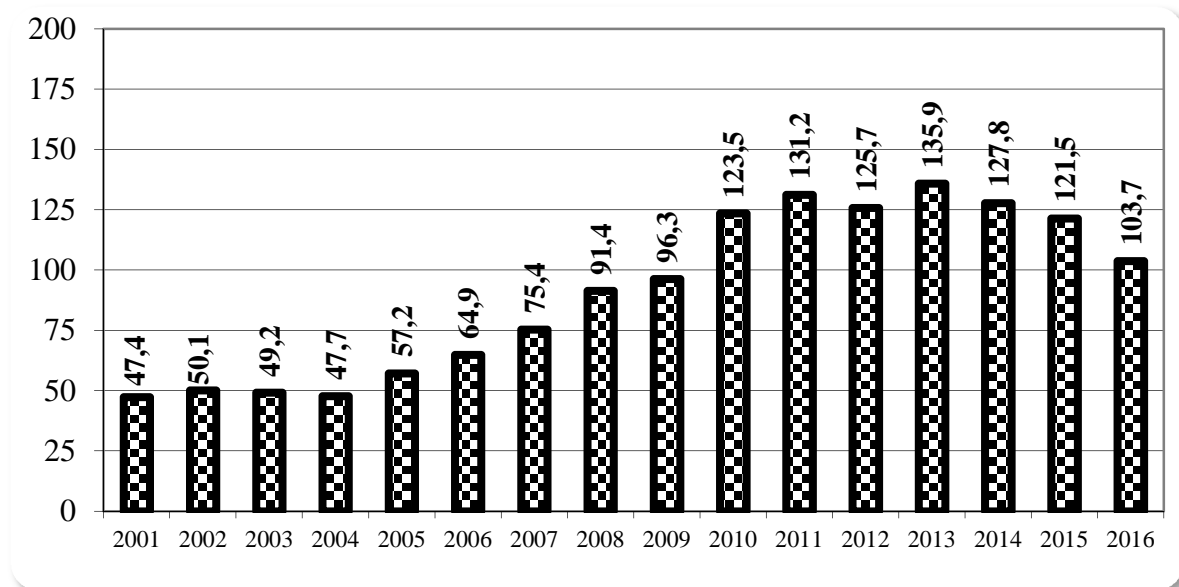
5.10 - Cursos de Graduação Tecnológica (À Distância)

- Alunos Matriculados



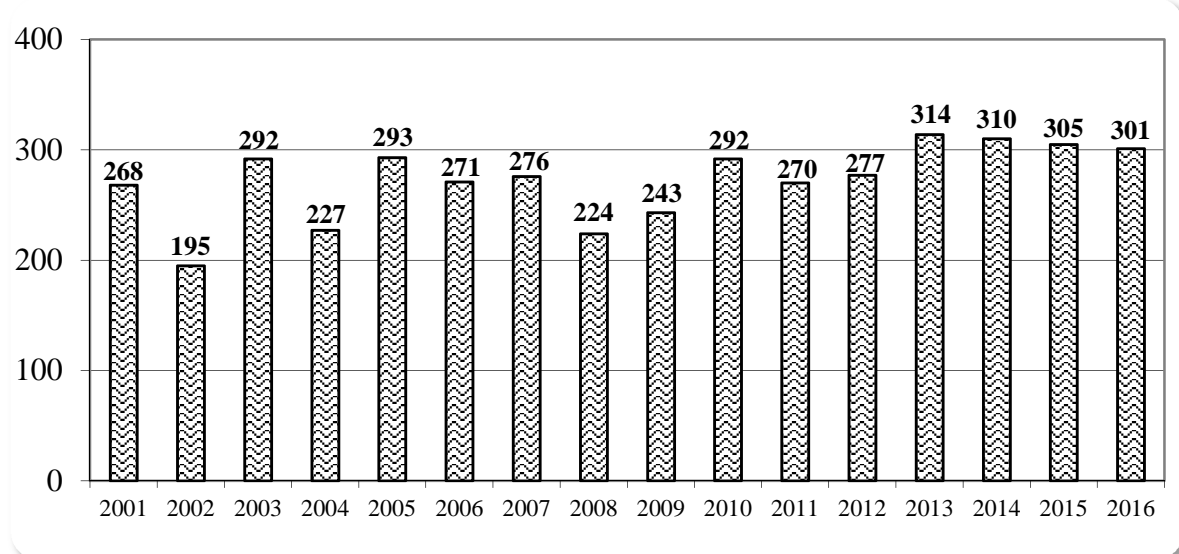
5.11 - Cursos de Educação Continuada

- Alunos Matriculados (Em Milhares)



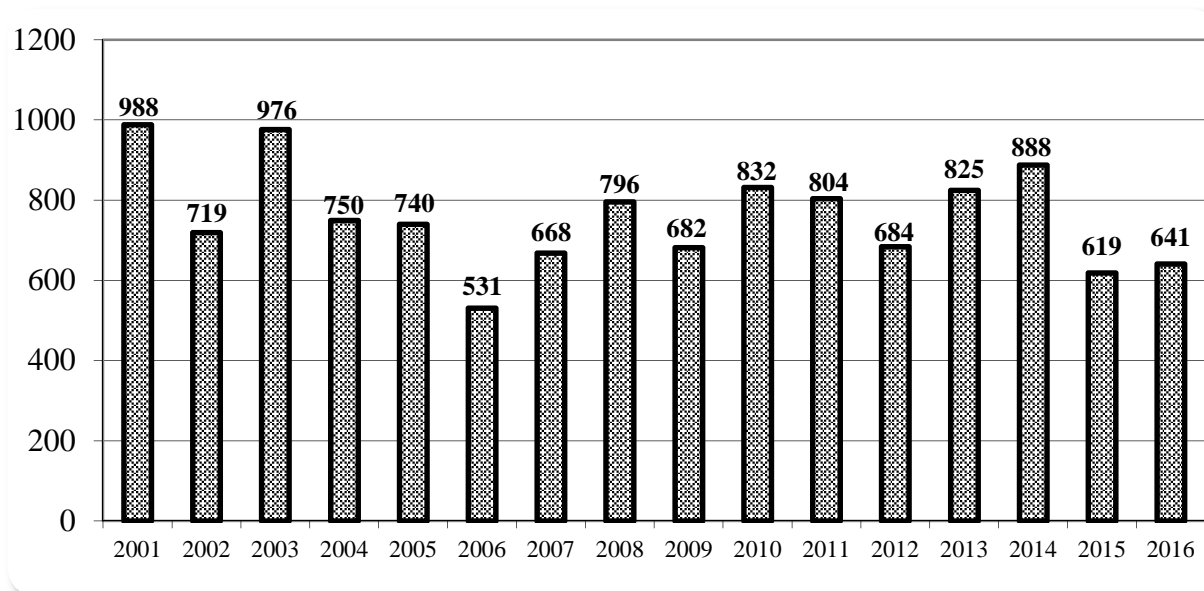
5.12 – Consultoria e Cooperação Técnica, Científica e Acadêmica

- Quantidades



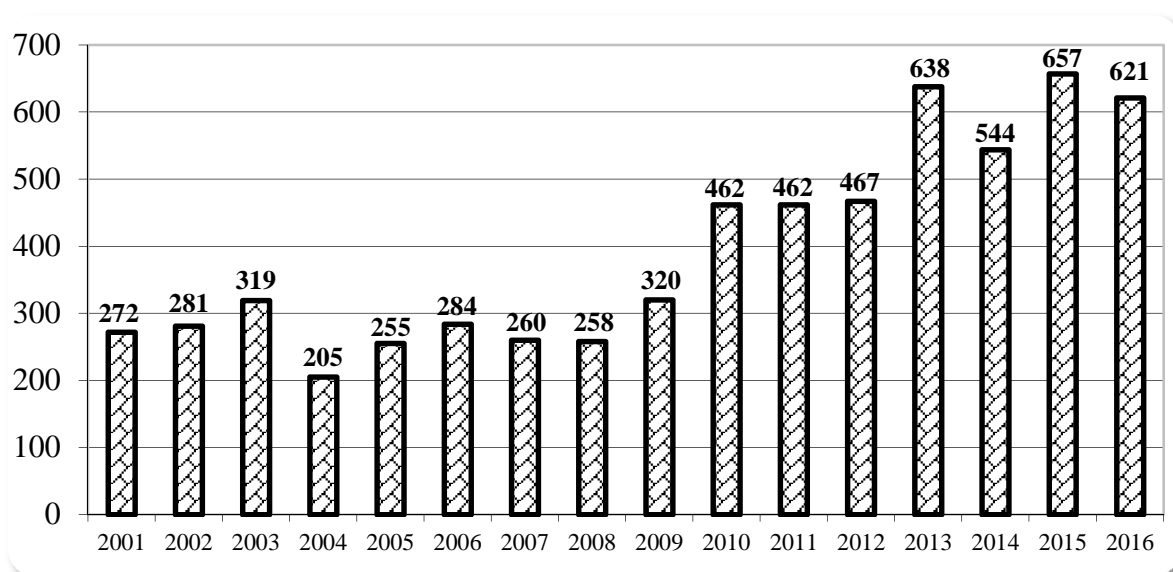
5.13 - Participação em Congressos, Conferências e Seminários

- Quantidades



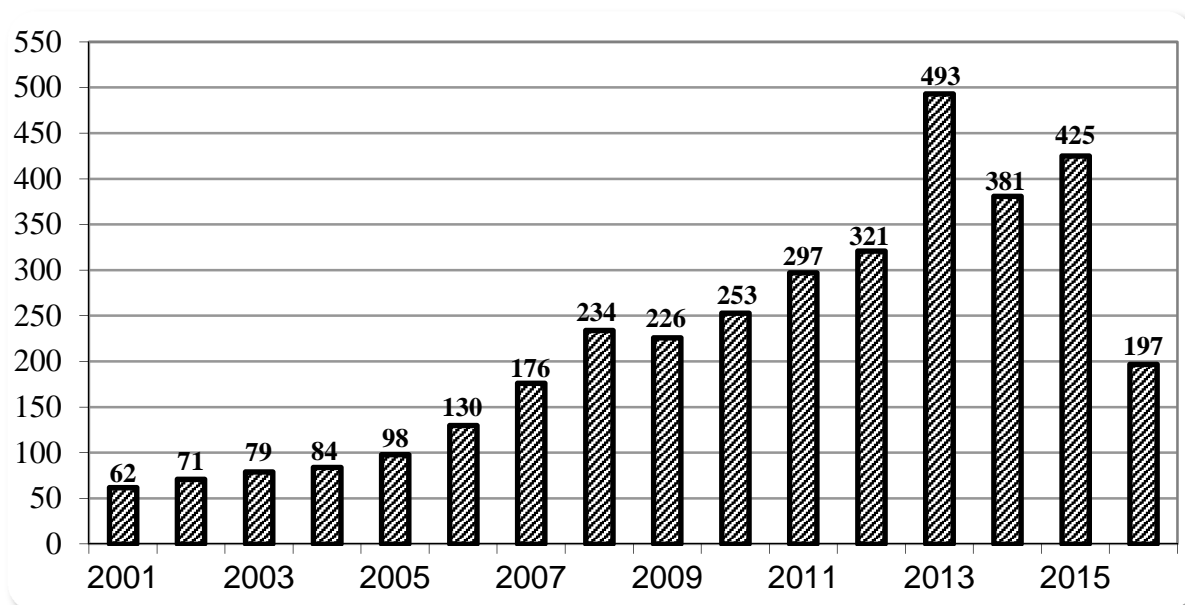
5.14 - Promoção e Copromoção de Congressos, Conferências e Seminários

- Quantidades



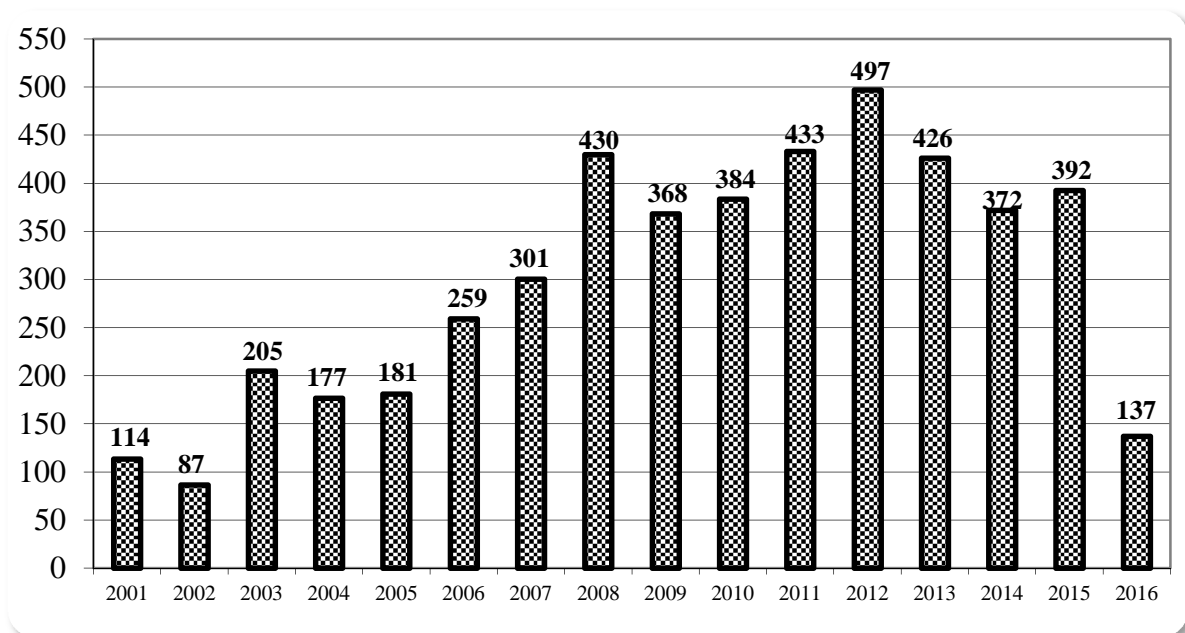
5.15 - Publicações Editadas pela FGV

Livros Impressos e E-books – Títulos



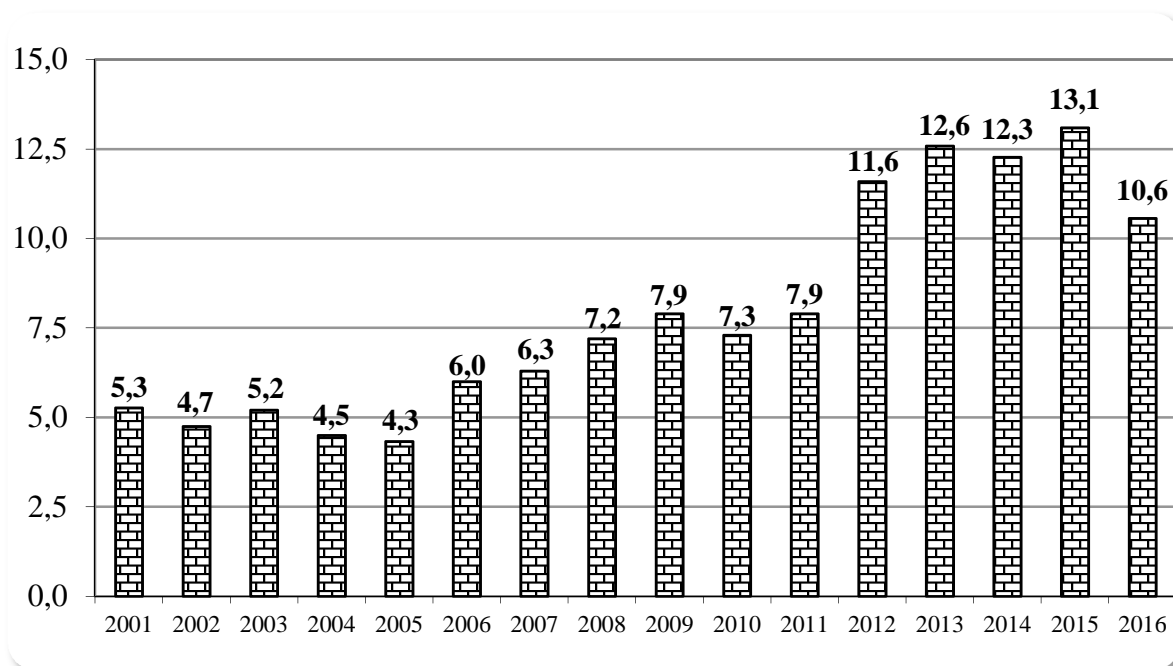
5.16 - Publicações Editadas pela FGV

Livros Impressos – Nº Exemplares (Em Milhares)



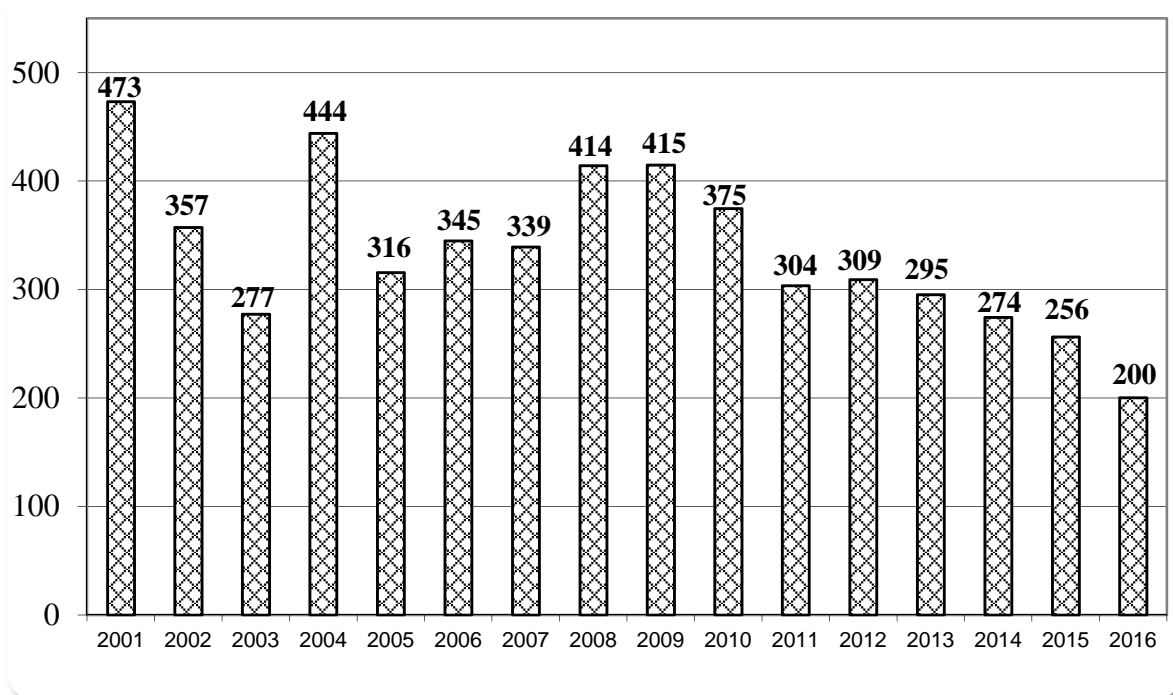
5.17 - Publicações Editadas pela FGV

Periódicos Impressos e Eletrônicos – Nº Páginas (Em Milhares)



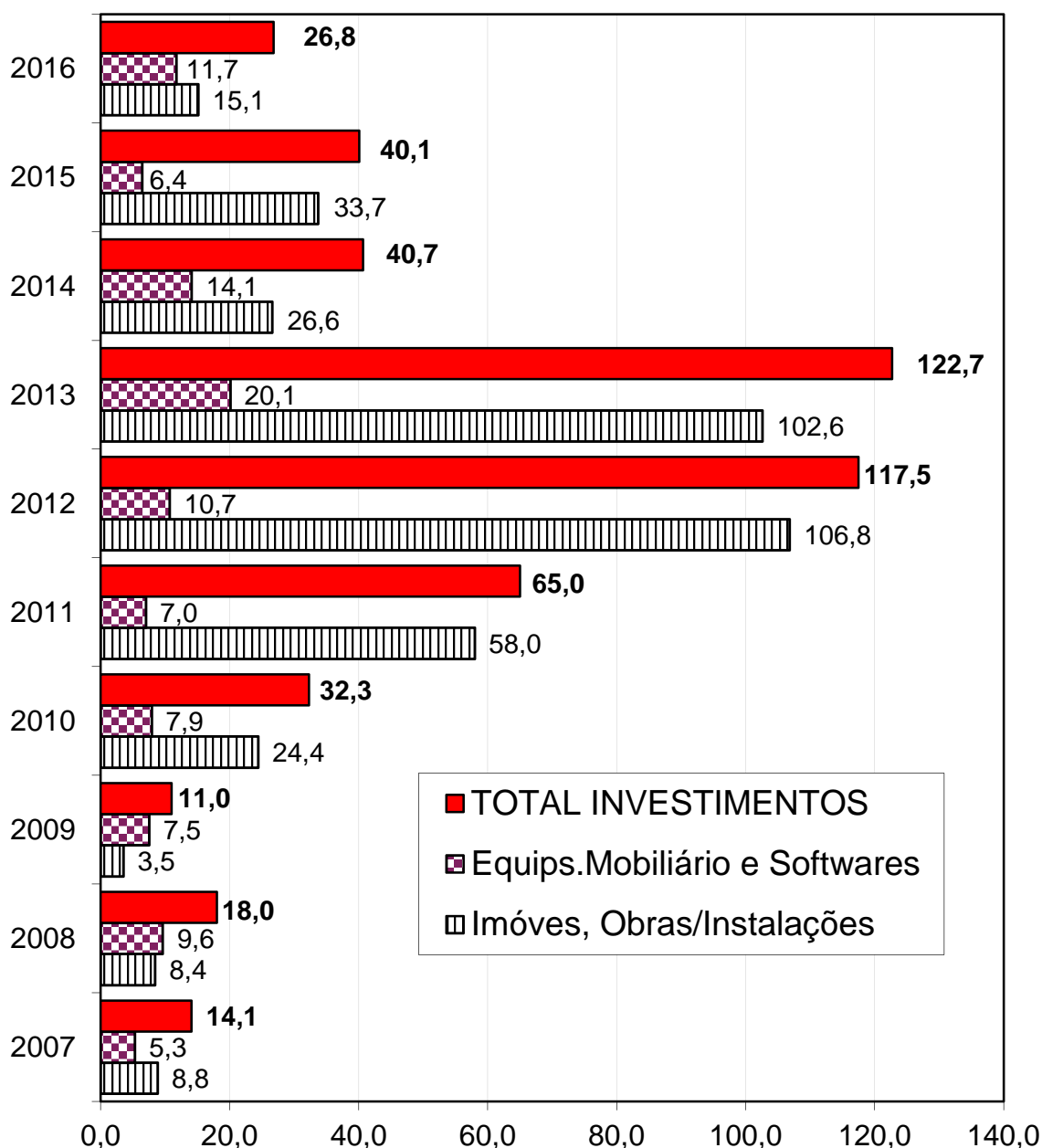
5.18 - Publicações Editadas pela FGV

Periódicos Impressos – Nº Exemplares (Em Milhares)



6. Investimentos em Ativo Fixo no Período de 2007 a 2016

Em milhões



7. Subvenções e Auxílios

Nos exercícios de 2008 a 2016 a Fundação Getulio Vargas vem recebendo Subvenções e Auxílios, repassados por entidades públicas e privadas brasileiras e de organismos internacionais. Os valores recebidos à conta de recursos orçamentários da União, Ministério da Fazenda, Programa 0773.0556 Apoio Financeiro à Fundação Getulio Vargas, destinaram-se à produção de bens públicos, notadamente aqueles

produzidos por nossas Unidades Instituto Brasileiro de Economia e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

8. Balanços relativos ao Exercício de 2016

Ver folhas a seguir os Balanços Patrimoniais, Demonstrativos de Resultados e dos Fluxos de caixa:

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS Balanços Patrimoniais



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em reais)

ATIVO		
	2016	2015
Circulante	952.882.950,32	985.853.026,73
Caixa e equivalentes de caixa	788.512.432,31	818.545.531,23
Recursos não vinculados	786.354.657,08	744.934.334,87
Recursos vinculados	2.157.775,23	73.611.196,36
Contas a receber	100.086.786,60	101.534.353,81
Bolsas restituíveis	30.256.238,78	30.837.377,40
Estoques	3.947.169,00	3.960.673,30
Adiantamento a funcionários	8.258.164,76	7.847.124,83
Adiantamento para compras e serviços	2.629.639,19	5.713.398,47
Depósitos judiciais e trabalhistas	12.030.900,95	12.710.990,57
Outros créditos a receber	7.161.618,73	4.703.577,12
Não Circulante	614.727.869,18	600.841.554,52
Realizável a longo prazo	167.954.394,26	149.007.381,68
Aplicações financeiras vinculadas	49.506.942,67	43.316.256,74
Bolsas restituíveis	42.875.569,93	43.054.136,81
Depósitos judiciais	75.571.881,66	62.636.988,13
Imobilizado e Intangível Líquido	446.773.474,92	451.834.172,84
Imobilizado e intangível	548.438.636,58	547.220.492,52
(-) Depreciação e amortização	(101.665.161,66)	(95.386.319,68)
Total do ativo	1.567.610.819,50	1.586.694.581,25

PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016	2015 (Reapresentado)
Circulante	166.636.898,44	224.216.295,93
Empréstimos e Financiamentos	15.838.847,39	13.819.486,40
Fornecedores	70.404.172,71	63.081.950,25
Salários a pagar, contribuições e retenções	32.884.143,44	32.147.828,73
Provisões diversas	36.681.559,42	33.841.323,98
Convênios e contratos	9.443.126,29	79.959.192,75
Outros valores exigíveis	1.385.049,19	1.366.513,82
Não Circulante	237.702.635,99	214.817.268,59
Empréstimos e Financiamentos	97.766.485,92	104.805.134,80
Provisão para contingências judiciais	35.653.387,69	27.423.509,43
Obrigações previdenciárias a recolher	76.644.738,38	63.602.020,36
Provisão benefício pós-emprego	27.638.024,00	18.986.604,00
Patrimônio Líquido	1.163.271.285,07	1.147.661.016,73
Fundo patrimonial	1.032.365.872,26	1.030.026.125,87
Fundos especiais	139.371.068,05	135.186.248,47
Superávit acumulado	19.172.368,76	1.435.246,39
Outros resultados abrangentes	(27.638.024,00)	(18.986.604,00)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.567.610.819,50	1.586.694.581,25

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Demonstrações dos Resultados



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em reais)

	2016	2015 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	1.063.386.049,75	1.037.375.664,39
Custos dos Serviços Prestados	(778.768.920,88)	(720.898.367,77)
Resultado Bruto	284.617.128,87	316.477.296,62
Despesas Administrativas	(358.617.125,14)	(337.210.695,28)
Despesas com Pessoal	(153.305.883,59)	(143.083.080,56)
Despesas Gerais e Administrativas	(75.896.487,00)	(82.380.768,20)
Serviços Contratados	(63.429.103,98)	(62.713.863,33)
Outras Despesas Administrativas	(65.985.650,57)	(49.032.983,19)
Outras Receitas	18.000,00	-
Receita de Alienação de Bens	18.000,00	-
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(73.981.996,27)	(20.733.398,66)
Receitas Financeiras	110.539.517,69	95.377.269,13
Despesas Financeiras	(17.385.152,66)	(16.133.646,66)
Superávit do Exercício	19.172.368,76	58.510.223,81

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Demonstrações dos fluxos de caixa
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em reais)



Descrição	2016	2015 (Reapresentado)
I - Fluxos das Atividades Operacionais		
<u>Resultado do exercício</u>		
Superávit do exercício	19.172.368,76	58.510.223,81
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	31.334.430,52	17.594.810,71
(+) Perda com Baixa de Bens do Imobilizado	503.992,21	78.820,43
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	(18.000,00)	-
Superávit(Déficit) Ajustado	50.992.791,49	76.183.854,95
<u>Ativos Circulantes</u>		
Contas a Receber	1.447.567,21	(13.117.534,53)
Bolsas restituíveis	581.138,62	(3.257.635,55)
Estoques	13.504,30	3.854,27
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	2.672.719,35	3.475.164,49
Depósitos judiciais e trabalhistas	680.089,62	1.547.109,57
Outros créditos a receber	(2.458.041,61)	416.354,60
Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes	2.936.977,49	(10.932.687,15)
<u>Passivos Circulantes</u>		
Fornecedores	7.322.222,46	(9.462.104,93)
Folhas a pagar, contribuições e retenções	736.314,71	2.135.582,14
Provisões diversas	2.840.235,44	2.614.222,40
Convênios e contratos	(70.516.066,46)	52.401.029,95
Outros valores exigíveis	18.535,37	264.793,61
Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes	(59.598.758,48)	47.953.523,17
<u>Outros Ativos e Passivos Não Circulantes</u>		
Aplicações financeiras vinculadas	(6.190.685,93)	(5.105.352,61)
Bolsas restituíveis	178.566,88	59.428,92
Valores diversos a receber	(12.934.893,53)	(12.309.971,04)
Provisão para contingências judiciais	8.229.878,26	220.271,40
Obrigações previdenciárias a recolher	13.042.718,02	12.358.758,54
Patrimônio Líquido	5.089.319,58	7.903.376,67
Aumento(Diminuição) nos Outros Ativos e Passivos Não Circulantes	7.414.903,28	3.126.511,88
(=) Caixa Gerado pelas Operações	1.745.913,78	116.331.202,85
II - Fluxos das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(26.777.724,81)	(40.222.150,01)
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	18.000,00	-
(=) Caixa Gerado pelos Investimentos	(26.759.724,81)	(40.222.150,01)
III - Fluxo das Atividades de Financiamento		
Empréstimos Bancários - curto prazo	2.019.360,99	3.950.866,90
Empréstimos Bancários - longo prazo	(7.038.648,88)	4.505.283,53
(=) Caixa Gerado/Consumido pelos Financiamentos	(5.019.287,89)	8.456.150,43
(=) Aumento/Redução Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(30.033.098,92)	84.565.203,27
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	818.545.531,23	733.980.327,96
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	788.512.432,31	818.545.531,23